

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	22
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	24
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	25
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	820.000
Preferenciais	0
Total	820.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	2.425.248	2.288.193
1.01	Ativo Circulante	2.401.965	2.270.992
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	129.025	520
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.601.511	2.077.976
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.601.511	2.077.976
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	1.601.511	2.077.976
1.01.03	Contas a Receber	250.753	18.830
1.01.03.01	Clientes	163.085	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	87.668	18.830
1.01.06	Tributos a Recuperar	420.676	173.666
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	420.676	173.666
1.02	Ativo Não Circulante	23.283	17.201
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.600	1.600
1.02.01.04	Contas a Receber	1.600	1.600
1.02.01.04.03	Depósito em caução - Aluguel	1.600	1.600
1.02.03	Imobilizado	21.683	15.601
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.683	15.601
1.02.03.01.01	Computadores e Periféricos	39.292	31.994
1.02.03.01.02	(-)Depreciações Acumuladas	-17.609	-16.393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	2.425.248	2.288.193
2.01	Passivo Circulante	436.039	358.687
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	148.054	142.699
2.01.01.01	Obrigações Sociais	112.024	112.024
2.01.01.01.01	Dividendos a pagar	112.024	112.024
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.030	30.675
2.01.02	Fornecedores	9.400	5.731
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.400	5.731
2.01.03	Obrigações Fiscais	61.798	75.097
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45.469	52.381
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.665	30.794
2.01.03.01.02	Impostos Retidos (IRRF,CSLL,PIS,COFINS)	20.198	16.704
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições s/faturamento Pis/Cofins	3.606	4.883
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	16.329	22.716
2.01.03.03.01	ISSQN a Recolher	16.329	22.716
2.01.05	Outras Obrigações	216.787	135.160
2.01.05.02	Outros	216.787	135.160
2.01.05.02.04	Outros Débitos	216.787	135.160
2.03	Patrimônio Líquido	1.989.209	1.929.506
2.03.01	Capital Social Realizado	820.000	820.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.109.506	1.109.506
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.008.217	1.008.217
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	101.289	101.289
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	59.703	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	666.510	671.336
3.01.02	Receita de operações de securitização	736.922	743.039
3.01.03	(-)Impostos s/Vendas e Serviços	-70.412	-71.703
3.03	Resultado Bruto	666.510	671.336
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-820.535	-445.713
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-820.341	-440.440
3.04.02.01	Despesas com pessoal	-429.908	-201.841
3.04.02.02	Despesa com serviços de terceiros	-322.331	-182.497
3.04.02.03	Despesa com anuncios e publicações	-20.979	-21.614
3.04.02.04	Despesa com locação	-22.039	-10.951
3.04.02.05	Demais despesas administrativas	-25.084	-23.537
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-194	-5.273
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-184	-4.985
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-10	-288
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-154.025	225.623
3.06	Resultado Financeiro	235.393	18.871
3.06.01	Receitas Financeiras	3.146.588	308.253
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.911.195	-289.382
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	81.368	244.494
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.665	-82.586
3.08.01	Corrente	-21.665	-82.586
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59.703	161.908
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	59.703	161.908
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07	0,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	59.703	161.908
4.03	Resultado Abrangente do Período	59.703	161.908

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-340.662	37.527
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.919	162.355
6.01.01.02	Lucro Líquido do Exercício	59.703	161.908
6.01.01.03	Depreciações	1.216	447
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-401.581	-124.828
6.01.02.01	Clientes	-163.085	-71.960
6.01.02.02	Outros valores a receber	-68.838	42.680
6.01.02.03	Fornecedores	3.669	20.872
6.01.02.04	Obrigações trabalhistas	5.355	9.516
6.01.02.05	Outras obrigações	81.627	3.020
6.01.02.08	Impostos a Recuperar	-247.010	-32.281
6.01.02.11	Obrigações sociais e tributárias	-13.299	-63.858
6.01.02.12	Débitos c/patrimonio afetação	0	-32.817
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.298	-7.811
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-7.298	-7.811
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	200
6.03.02	Pagamento de empréstimos	0	200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-347.960	29.916
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.078.496	1.023.035
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.730.536	1.052.951

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	820.000	0	1.109.506	0	0	1.929.506
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	820.000	0	1.109.506	0	0	1.929.506
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.703	0	59.703
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.703	0	59.703
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	820.000	0	1.109.506	59.703	0	1.989.209

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	820.000	0	52.879	0	0	872.879
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	820.000	0	52.879	0	0	872.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.908	0	161.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.908	0	161.908
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	820.000	0	52.879	161.908	0	1.034.787

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	736.922	743.039
7.01.02	Outras Receitas	736.922	743.039
7.01.02.01	Receitas de operações de securitização	736.922	743.039
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-367.188	-227.490
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-367.188	-227.490
7.03	Valor Adicionado Bruto	369.734	515.549
7.04	Retenções	-1.216	-446
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.216	-446
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	368.518	515.103
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	236.010	20.366
7.06.02	Receitas Financeiras	236.010	20.366
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	604.528	535.469
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	604.528	535.469
7.08.01	Pessoal	358.739	179.890
7.08.01.01	Remuneração Direta	309.835	138.983
7.08.01.02	Benefícios	38.157	24.792
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.533	16.115
7.08.01.04	Outros	214	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	163.430	181.226
7.08.02.01	Federais	127.285	143.946
7.08.02.03	Municipais	36.145	37.280
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.656	12.445
7.08.03.02	Aluguéis	22.039	10.950
7.08.03.03	Outras	617	1.495
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	617	1.495
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	59.703	161.908
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	59.703	161.908

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.S.^{as} as Informações contábeis intermediárias da Companhia Província de Securitização (“Companhia”), relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as essas informações contábeis intermediárias.

A Companhia mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com suas obrigações.

Até 31 de março de 2022, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 53 (cinquenta e três) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R\$ 1.545.295.129 e 2 (duas) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R\$ 131.500.000.

Estão ativas em 31 de março de 2022, 44 (quarenta e quatro) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R\$ 1.419.195.129 e 2 (duas) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R\$ 131.500.000.

Código de operação	Série	Qtda de cri.	Volume de emissão
CRI_3E04S_LOFT	4	15.100	15.100.000
CRI_3E05S_HELBOR	5	40.000	40.000.000
CRI_3E10S_ALFA REALTY	10	15.000	15.000.000
CRI_3E11S_YOU	11	24.000	24.000.000
CRI_3E12S_PAES GREGORI	12	7.000	7.000.000
CRI_3E13S_ZARTH	13	35.000	35.000.000
CRI_3E14S_3E15S_SETIN	14	25.000	25.000.000
CRI_3E14S_3E15S_SETIN	15	25.000	25.000.000
CRI_3E16S_YOU II	16	13.500	13.500.000
CRI_3E17_TARJAB	17	8.400	8.400.000
CRI_3E18S_PAES GREGORI II	18	13.300	13.300.000
CRI_3E19S_ALFA II	19	27.000	27.000.000
CRI_3E20S_3E21S_OLÍMPO	20	32.400	32.400.000
CRI_3E20S_3E21S_OLÍMPO	21	8.100	8.100.000
CRI_3E22S_3E23S_GAFISA	22	37.500	37.500.000
CRI_3E22S_3E23S_GAFISA	23	37.500	37.500.000
CRI_3E25S_SETIN II	25	9.750	9.750.000
CRI_3E26S_RFM	26	10.300	10.300.000
CRI_3E27S_3E28S_UPCON III	27	35.000	35.000.000
CRI_3E27S_3E28S_UPCON III	28	35.000	35.000.000
CRI_3E29S_CUNHA DA CÂMARA	29	32.000	32.000.000
CRI_3E30S_PRAIAS CANOAS	30	18.270	18.270.000
CRI_3E31S_ROVIC	31	15.000	15.000.000

Comentário do Desempenho

Código de operação	Série	Qtda de cri.	Volume de emissão
CRI_3E32S_ENPLAN II	32	6.800	6.800.000
CRI_3E33S_YOU VI	33	75.000	75.000.000
CRI_3E34S_TARJAB II	34	30.000	30.000.000
CRI_3E35S_MONVERT	35	51.000	51.000.000
CRI_3E36S_OKA	36	65.000	65.000.000
CRI_3E37S_HABITRAM	37	6.200	6.200.000
CRI_3E38S_3E39S_REMIC II	38	27.000	27.000.853
CRI_3E38S_3E39S_REMIC II	39	3.000	3.003.275
CRI_3E40S_ONE I (GALOTTI)	40	45.500	45.500.000
CRI_3E41S_ONE II (IPEROIG)	41	56.000	56.000.000
CRI_3E42S_PLATÔ	42	14.000	14.000.000
CRI_3E43S_ÁVIDA	43	30.000	30.000.000
CRI_3E45S_3E46S_CASHME	45	101.937	101.937.000
CRI_3E45S_3E46S_CASHME	46	25.484	25.484.000
CRI_3E47S_3E48S_PLANTA	47	80.000	80.000.000
CRI_3E47S_3E48S_PLANTA	48	10.150	10.150.000
CRI_3E49S_MENDES DIAS	49	45.000	45.000.000
CRI_3E50S_YOU IV	50	90.000	90.000.000
CRI_3E51S_VERANO	51	25.000	25.000.000
CRI_3E52S_GAFISA II	52	85.000	85.000.000
CRI_3E53S_YOU V	53	28.000	28.000.000
CRA_1E01S_PRODUCERES	1	31.500	31.500.000
CRA_2E01S_SOLUBIO	2	100.000	100.000.000

A Companhia apresentou no trimestre findo em 31 de março de 2022 um lucro líquido de R\$ 59.703 (Lucro líquido de R\$ 161.908 no trimestre findo 31 de março de 2021). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2022 é de R\$ 1.989.209 (R\$ 1.034.786 em 31 de março de 2021).

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário. Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram, a partir deste ano, providos de suas atividades como securitizadora.

Informamos que a auditoria externa realizou no trimestre findo em 31 de março de 2022 exclusivamente o trabalho de revisão das informações contábeis intermediárias.

A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 13 de maio de 2022.

Notas Explicativas

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO 2022 (Em reais)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Província de Securitização (“Companhia”) foi constituída em 18 de outubro de 2000, e tem por objeto social: a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios e/ou créditos hipotecários, imobiliários e do agronegócio e de créditos oriundos de operações imobiliárias; , de valores mobiliários lastreados em direitos de crédito e créditos do agronegócio, créditos imobiliários e assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e , imobiliários e do agronegócio; bem como e de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil contratados com bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias; b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias e do agronegócio; c) a emissão e colocação, de forma pública ou privada,, ano mercado financeiro e de capitais, de Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”), e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), ou de qualquer outro título de crédito ou valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio ou imobiliários compatível com suas atividades; e de outros títulos de crédito; d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as atividade de securitização de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, incluindo, mas não se limitando, a emissões de CRI e CRA, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio. e créditos imobiliários e hipotecários, bem como a realização de operações em mercados derivativos, incluindo mas não se limitando a digitação de títulos em sistema de mercado de balcão, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito e/ou crédito s; e) a realização de operações de hedge em mercados derivados visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos e/ou direitos creditórios do agronegócio, imobiliários e hipotecários e f) exercer a atividade de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG).

Até 31 de março de 2022, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 53 (cinquenta e três) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R\$ 1.545.295.129 e 2 (duas) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R\$ 131.500.000.

Estão ativas em 31 de março de 2022, 44 (quarenta e cinco) séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R\$ 1.419.195.129 e 2 (duas) séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R\$ 131.500.000.

Conforme previsto pela lei nº 9.514/97, as empresas securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter contabilidade individualizada por projeto. Desta forma, os procedimentos contábeis aplicáveis as operações de securitização de recebíveis imobiliários da Companhia nas quais tenha sido instituído regime fiduciário e que não tenham garantia da Companhia, estão adequadas as normas que tratam da divulgação de demonstrações financeiras independentes para as emissões de CRIs e implica na desvinculação completa das contas contábeis relativas a operações em questão, das demonstrações financeira da companhia. As demonstrações financeiras da Companhia passam a refletir a total independência e autonomia existentes entre o patrimônio separado e o patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas

Nota 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(a) Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na suagem.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias para o período findo em 31 de março de 2022 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2022.

Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, e;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Notas Explicativas

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

(b). Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final, tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

Nota 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das informações contábeis intermediárias foram basicamente as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até da data base de 31 de março de 2022.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

Notas Explicativas

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração

A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

d.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são mensurados pelo valor justo, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no seu valor justo são registrados diretamente no resultado.

d.3 – Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e para aqueles sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

e) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Impostos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

- 1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço.
- 2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

Notas Explicativas

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas informações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Nota 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	129.024	521
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>1.601.512</u>	<u>2.077.975</u>
	1.730.536	2.078.496

Nota 5 – CLIENTES –

Os valores a receber de clientes no montante de R\$ 163.085 (R\$ 0 – 2021) referem-se ao faturamento de prestação de serviços de gestão na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Nota 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Antecipação de IRPJ	4.948	-
Antecipação de CSLL	7.128	-
IRRF sobre serviços prestados	10.677	-
IRRF sobre aplicações financeiras	190.448	-
IRRF sobre PLR a recuperar	29.610	-
CSLL a recuperar	926	907
Saldo negativo de IRPJ	165.131	161.150
Saldo negativo de CSLL	9.693	9.494
Imposto sobre serviços a recuperar	913	913
Outros impostos a recuperar	<u>1.202</u>	<u>1.202</u>
	420.676	173.666

O saldo de impostos a recuperar é formado por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no exercício que serão amortizados do valor total de impostos devidos (IRPJ e CSLL) no fim do exercício; de imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras, e de impostos e contribuições retidos no recebimento de serviços prestados que também serão utilizados para amortização o valor dos impostos (IRPJ e CSLL) devidos no exercício; além de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em exercícios anteriores que estão sendo utilizados para compensações de impostos devidos no exercício através de Perdcomp (pedido de compensação).

Notas Explicativas**Nota 7– OUTROS VALORES A RECEBER**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento a funcionários	5.018	-
Valores a receber dos patrimônios separados	80.363	16.543
Tributos compensados a receber dos patrimônios separados	<u>2.287</u>	<u>2.287</u>
	87.668	18.830

Nota 8– PARTES RELACIONADAS

Não houve transação com partes relacionadas no trimestre findo em 31 de março de 2022.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

Nota 9 – IMOBILIZADO

O saldo do imobilizado é composto de:

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Saldo			Saldo
Imobilizado	Anual	31/12/2021	Adições	Baixas	31/03/2022
Computadores e periféricos	20%	31.994	7.298	-	39.292
Imobilizado		31.994	7.298	-	39.292

	Taxa de Depreciação	Saldo			Saldo
Depreciações	Anual	31/12/2021	Adições	Baixas	31/03/2022
Computadores e periféricos	20%	(16.393)	(1.216)	-	(17.609)
Depreciações		(16.393)	(1.216)	-	(17.609)

Imobilizado líquido		15.601	(1.216)	-	21.683
----------------------------	--	---------------	----------------	----------	---------------

Nota 10 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de férias e de 13º salário	9.139	3.133
INSS e FGTS sobre férias e 13º salário a recolher	3.171	1.134
INSS e FGTS sobre salários a recolher	<u>23.720</u>	<u>26.408</u>
	36.030	30.675

Notas Explicativas**Nota 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de imposto de renda	14.342	-
Provisão de contribuição social	7.323	30.794
COFINS, Pis e ISS a recolher	19.935	27.600
IRRF sobre salários	13.897	15.619
Impostos retidos no pagamento de terceiros	<u>6.301</u>	<u>1.084</u>
	61.798	75.097

Nota 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de outras obrigações é assim composto:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros e amortização de CRI a pagar	128.010	-
Recebimentos antecipados de custos dos Patrimônios Separados	88.299	134.681
Outros credores	<u>478</u>	<u>478</u>
	216.787	135.159

Nota 13– IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil, no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 encontram-se resumidas a seguir:

	<u>31/03/2022</u>		<u>31/03/2021</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	81.368	81.368	244.495	244.495
Adições/Exclusões	-	-	16.055	16.055
Resultado antes da compensação do prej fiscal, base de cálculo negativa	81.368	81.368	260.550	260.550
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	-	-	-	-
Resultado tributado	81.368	81.368	260.550	260.550
Imp. de renda – Alíquota 15%	(12.205)		(39.082)	-
Imp. de renda – Alíquota 10%	(2.137)		(20.055)	-
Contribuição social – alíquota 9%		(7.323)	-	(10.595)
	(14.342)	(7.323)	(59.137)	(10.595)

Notas Explicativas

Nota 14 - PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou risco tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro.

Nota 15 – PATRIMONIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 820.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 10% serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM no. 636 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os trimestres findos em 31 de março. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro básico por ação	31/03/2022	31/03/2021
Numerador:		
Lucro líquido do período	59.703	161.908
Denominador		
Média ponderada do número de ações	820.000	820.000
Lucro líquido básico por ação	0,07	0,20

Nota 16 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é assim composta:

	31/03/2022	31/03/2021
Receita de securitização	736.922	743.039
(-) Despesa com COFINS	(29.477)	(29.722)
(-) Despesa com Pis	(4.790)	(4.830)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(36.145)	(37.151)
TOTAIS	666.510	671.336

Notas Explicativas

Nota 17 – SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Salários	(38.860)	(7.002)
Pró-labore	(170.069)	(130.620)
PLR	(91.600)	-
Provisão de férias e de 13º salário	(7.156)	(1.361)
INSS e FGTS sobre folha	(79.665)	(37.573)
INSS e FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	(2.037)	(493)
Assistência médica	(20.401)	(17.877)
Programa de alimentação ao trabalhador	(17.232)	(6.915)
Outros	(2.888)	-
TOTAIS	<u>(429.908)</u>	<u>(201.841)</u>

Nota 18 – SERVIÇOS DE TERCEIROS

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Contabilidade	(6.132)	-
Auditoria	(8.456)	(3.872)
Jurídicas	(50.434)	(19.583)
Assessoria e consultoria	(177.182)	(82.250)
Cetip	(8.887)	(5.086)
Custódia	-	(32.637)
Escrituração de CRI	(19.430)	(14.976)
Informática	(41.877)	(1.673)
Outros serviços de terceiros	(9.933)	(22.420)
TOTAIS	<u>(322.331)</u>	<u>182.497</u>

Nota 19 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receitas de aplicações financeiras	231.486	17.114
Receitas de spread	-	3.250
Outras receitas financeiras	4.524	2
Despesas com tarifas bancárias	(617)	(1.495)
TOTAIS	<u>235.393</u>	<u>18.871</u>

Notas Explicativas

Nota 20 – INFORMAÇÕES SOBRE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS ECERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 1º de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a partir do período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data.

Nota 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. A Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e Administradores da Companhia Província de Securitização São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), contidas no Formulário de Referência Trimestral (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nesta data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração Intermediária do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período findo em 31 de março de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, cujos relatórios foram emitidos em 14 de fevereiro de 2022 e 14 de maio de 2021, respectivamente, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período findo em 31 de março de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levassem a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 13 de maio de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédio dos Santos Contador CRC 1 SP 263668/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Companhia Província de Securitização, sociedade por ações com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº .550, 4º Andar , na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.200.649/0001-07, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 13 de maio de 2022.

Mônica Miuki Fujii
Diretora de Securitização e de Relação com Investidores

Letícia Viana Rufino
Diretora de Compliance e Gestão

Priscila da Rocha Ferreira
Diretora de Finanças

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Companhia Província de Securitização, sociedade por ações com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 550, 4º Andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.200.649/0001-07, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 13 de Maio de 2022.

Mônica Miuki Fujii
Diretora de Securitização e de Relação com Investidores

Letícia Viana Rufino
Diretora de Compliance e Gestão

Priscila da Rocha Ferreira
Diretora de Finanças